

PRÁTICAS POLÍTICAS E PROFISSIONAIS NO EXERCÍCIO DO SERVIÇO SOCIAL

Cândida Margarida Oliveira Matos*

RESUMO

Nesse artigo discute-se a relação entre a profissão de Serviço Social e a política, considerando o recurso intelectual como um atributo privilegiado, o qual autoriza a adoção de atitudes na sociedade, apresentando-se de várias maneiras e assumindo significados diversos, tanto no que concernem as modalidades de atuação - militância religiosa, sindical, ambiental, filantrópica, direitos humanos, político-partidária, causas sociais, organizações representativas, movimentos sociais, cargos públicos e eletivos, dentre outros -, quanto a sua lógica de construção que inclui a formação e os espaços sócio-ocupacionais dos profissionais. A inserção voluntária e/ou profissional dos assistentes sociais em movimentos sociais e instituições de caráter sindical ou ainda em políticas públicas, como também a direção formativa nas instituições de ensino indicam possíveis disposições para as práticas políticas, além dos recursos de origem social que contemplam a origem familiar, geográfica, posição social, religião e gênero. Para a realização da pesquisa que deu origem a este artigo, foram entrevistadas oito assistentes sociais que desenvolvem práticas políticas na

* Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes, UNIT/SE. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: camom@oi.com.br.

cidade de Aracaju e analisadas as representações que as mesmas atribuem à participação política, mediante análise de conteúdo. Esse texto constitui um desdobramento da sistematização dos resultados da pesquisa sobre a temática estudada, o qual subsidiou a elaboração da dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Sergipe em março de 2010.

Palavras-chave: Serviço Social, prática política, militância profissional

POLITICAL AND PROFESSIONAL PRACTICE IN THE SOCIAL SERVICE

ABSTRACT

In this article I discuss the relationship between the profession of social work and policy, considering the intellectual resource as a privileged attribute, which authorizes the adoption of attitudes in society, presenting itself in various ways and assuming diverse meanings, both as regards the modes of action – religious, syndical, environmental, philanthropic militancy, human rights, political party, social causes, representative organizations, social movements, public offices and elective, amongst others -, how much its logic of construction that includes the formation and the socio-occupational spaces of the professionals. The voluntary and/or professional insertion of the social workers in social movements and institutions of syndical character or still in public politics, as well as the formative direction in the education institutions indicate possible arrangements for political practice, beyond the resources of social origin that contemplate the familiar, geographic origin, social position, religion and sort. For the accomplishment of the research that gave origin to this article, eight social workers who develop the practical politics in the city of Aracaju had been interviewed and analyzed the representations that the same ones attribute to the political participation, through content analysis. This text constitutes an offshoot of the systematization of the results of research on the thematic studied, which subsidized the preparation of the dissertation submitted to the Federal University of Sergipe in March 2010.

Keywords: Social service, political practice, professional militancy

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de uma análise das relações entre profissão e política, tomando como parâmetro a pesquisa sobre a atuação política dos profissionais de Serviço Social nos processos de militância, engajamento, inscrições em redes diversificadas de organizações representativas, movimentos sociais e cargos públicos. Nesse escopo, são consideradas a lógica de construção da participação política dos assistentes sociais militantes com a formação profissional e os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, as configurações políticas que os profissionais de Serviço Social militantes operam e a influência das características sociais individuais na participação política dos militantes.

Para iniciar a discussão sobre a participação política e as profissões, parte-se da premissa de que as disposições à participação política estão relacionadas a uma variação de recursos, dentre eles o intelectual, visto que, como diz Reis (2008:5) “[...] os portadores destes ‘saberes’ contam com um conjunto de atributos que autorizam suas tomadas de posição e apropriação conforme o grau de afinidade com a problemática legítima [...]”.

Os saberes possibilitam uma melhor compreensão da esfera política e seus mecanismos, através do acúmulo de capital escolar, desenvolvendo interesses e participação política. Esta argumentação parte do princípio de que o enriquecimento cultural, em parte incrementado pela escolarização, suscita interesse e participação.

A participação política apresenta-se assim, como um fenômeno o qual reflete as disposições de determinados grupos ou sociedades para atividades as quais envolvem a luta pelo poder, que nos remete a militância, ao engajamento, à contestação e à concorrência pela ocupação de cargos públicos, eletivos ou não.

Para a compreensão dessas disposições, é necessário considerar os espaços sociais os quais os agentes políticos transitam e onde se constroem relações espaciais (sociais), e se desenvolvem os processos sociais de aproximação ou distanciamento (Gallino, 2005), determinados principalmente nas dimensões econômica e cultural - definidores da origem social e do capital cultural -, imprescindíveis na construção

do real, bem como do *habitus* que é tomado como um princípio de disposições adquiridas pela experiência de cada agente, portanto variáveis segundo o lugar e o momento, e ajustáveis a uma infinidade de situações possíveis, que lhe confere um caráter imprevisível (Bourdieu, 2004).

Com base na noção de *habitus* e de campo, compreende-se, uma disposição que foi adquirida, incorporada e que define a ação do agente. Portanto um conhecimento prático posto em ação, que comporta a coletividade da estrutura e a subjetividade do sujeito e que pode conduzir os agentes não só a escolhas profissionais como também a uma militância, um engajamento, isto é, a uma atividade política, que está associada a uma diversidade de atividades, a uma gama de ações que estão associadas à luta pelo poder.

Assim a depender das trajetórias individuais e de como os recursos são dispostos, a ocupação profissional e o diploma podem ser definidos, tendo ou não uma maior relevância na vida política destes indivíduos (Coradini, 2007), além de outros recursos, tais como as disposições psicológicas definidas nas trajetórias individuais de cada agente e como os recursos organizacionais e institucionais, conforme Oliveira (2008b) chama a atenção, além da associação de outros fatores como laços interpessoais e vínculos anteriores como participantes em movimento aos quais estão associados.

Tomando-se por base essa reflexão, é possível compreender que a escolarização é utilizada como recurso que se converte no processo de engajamento, além de fatores anteriores ao processo de escolarização, que configuram elementos importantes, podendo ser considerado que a “experiência vivida” e “prática” são elementos fundamentais do engajamento e da intervenção militante” (Oliveira, 2008a: 9) e, nesse caso, a escolarização e titulação universitária são um recurso adicional, de maior ou menor valor e utilidade, a depender do conjunto de recursos que cada indivíduo porta.

Assim entendemos que a reconversão de recursos para a participação política tem forte ligação com a origem social da família e o capital escolar e cultural da mesma, posto que o trajeto profissional do indivíduo e da família estão condicionados, via de regra, pela origem de classe social, que condiciona o capital cultural e escolar. O capital¹ está associado ao acúmulo de recursos que se institucionalizaram e se

¹ O capital pode ser entendido como o acúmulo de recursos (riqueza material, dinheiro, conhecimento, relações sociais, prestígio) que se institucionalizaram e se traduzem em vantagens sociais e culturais, configurando-se poder possuído pelos agentes ou grupos sociais.

traduzem em vantagens para os seus portadores. No caso específico do capital cultural, este começa na origem familiar, pelos membros da família dotados de forte capital cultural² e econômico, de forma a assegurar o investimento em educação incorporado mediante a inculcação e assimilação ao longo de um tempo (Bourdieu, 1998b). Mas, para além do capital incorporado, o diploma é tomado como um capital cultural institucionalizado e um capital simbólico.

No que concerne a profissão de Serviço Social, é necessário considerar o posicionamento de seus agentes na sociedade, frente às “causas” e “minorias” “sociais”, e os saberes específicos que tornam os profissionais mais afeitos a uma intervenção na sociedade, graças a sua formação técnica interventiva; isto é, o profissional tem uma formação direcionada para o aprendizado do ‘social’, sustentada por um *ethos* profissional³, formado a partir de 1980 que ressalta o caráter político da profissão, com base no marxismo. Com essa orientação, a profissão é direcionada (via diretrizes curriculares e código de ética) para o compromisso com a classe trabalhadora, concorrendo para o engajamento como um “fazer profissional”. Portanto há um entrelaçamento entre a profissão de Serviço Social e a participação política, explicado em parte pela formação em Serviço Social, visto que nos estudos sobre profissão e política, é necessário atentar para outros recursos individuais herdados e adquiridos que concorrem para um maior engajamento, bem como para a ocupação de cargos eletivos. Desta forma, entendemos que a titulação universitária pode ter ou não uma relevância na vida política dos indivíduos; pode ou não agregar valores, tornando-se a oportunidade que o indivíduo necessita para obter a posição social e política almejada, já que a titulação pode gerar legitimação e instrumentalização de atividades já desenvolvidas.

Assim sendo, ao longo do texto considera-se, além da formação em Serviço Social, o capital social, econômico e cultural de origem de cada

² Bourdieu em sua obra *Os três estados do capital cultural*: In *Escritos da Educação*, 1998b, identifica três estados do capital cultural: o estado objetivado (bens), o estado institucional (diploma) e o estado incorporado. Este último por estar ligado ao corpo, através da inculcação e assimilação ao longo do tempo, necessita de capital econômico para que o indivíduo tenha disponibilidade para estudar e não precise interromper este investimento para trabalhar para seu sustento.

³ Os assistentes sociais estabelecem, partir de 1980, uma nova direção política à profissão, a partir do que entendem ser o Serviço Social.

agente, de forma a compreender os processos de reconversão que levam à disposição ética as causas sociais, a militância ou a contestação.

A análise da relação entre profissionalização e política, essenciais para compreender a relação que os agentes políticos estabelecem com o contexto societário, se sustentou no levantamento dos recursos primários e secundários presentes na biografia de oito assistentes sociais militantes. Na pesquisa foram analisadas as variáveis: origem familiar, posição social, processo de escolarização e formação profissional, trajetória profissional (experiências profissionais e espaços sócio-ocupacionais) e envolvimento político, de forma a contemplar a variedade de disposição que se faz entre possíveis *habitus* antecipados e condições prováveis. Sendo assim, é necessário considerar que a participação política é o resultado entre o indivíduo predisposto e um mundo presumido. (Bourdieu, 1998c)

TRAJETÓRIA POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL CATÓLICO AO SERVIÇO SOCIAL MARXISTA

No percurso de construção de várias profissões no Brasil, inclusive do Serviço Social, é notório o vínculo com o Estado e a ação profissional na esfera política, ainda que sejam identificadas formas diferenciadas de atuação e de discurso dos profissionais. Assim, é possível considerar que a politização dos agentes profissionais, foi e é em muitos momentos a chance de estar no mercado.

Especificamente, o surgimento do Serviço Social em 1930, está condicionado ao movimento de recristianização da sociedade (o movimento laico, berço do Serviço Social no Brasil), empreendido pela Igreja católica, e pela política social⁴ adotada pelo Estado, como resposta às mudanças conjunturais advindas do crescimento da população urbano-industrial, engendrada pelo processo de industrialização, de forma a superar a crise econômica e de legitimidade.

⁴ Segundo Faleiros (1991) a política social é uma gestão estatal que articula pressão social com formas de reprodução do capital, objetivando operar sobre a contra-tendência a baixa tendencial da taxa de lucro (garante as condições gerais de acumulação, assumindo os investimentos não rentáveis); na valorização e validação da força de trabalho (formação de capital humano – investimento sobre o trabalhador); na reprodução das desigualdades (reproduz a situação de classe) e na manutenção da ordem social (aceitação da ordem).

O mito de origem, isto é, a herança católica no Serviço Social, está presente até os dias atuais, pois a “identidade e os valores religiosos permanecem relevantes como indicadores do que é a profissão e, portanto, como a referência para a escolha profissional.” (Simões, 2005:96). Os principais motivadores para a escolha do curso de Serviço Social estão ancorados em “um senso de mandato para o serviço, um desejo pessoal de promover a justiça social e uma busca por auto-realização” (Canda e Furman, 1999:9 apud Simões, 2000; 97), por valores nobres, “de fundo religioso, político e humanista” (Iamamoto, 1998:65), ou ainda pelo desejo de servir ao próximo. (Simões, 2005)

Considerando a pesquisa com as assistentes sociais, é possível afirmar que a escolha profissional é guiada em muitos casos pela formação religiosa dos pais e pelo próprio envolvimento religioso das profissionais, que aparece de forma intensa nas suas trajetórias, seja por meio de catecismo, missas, grupos de jovens, colégios religiosos ou trabalhos beneficentes.

Assim, atesta-se que a educação religiosa é um aspecto marcante na origem familiar das profissionais entrevistadas, configurando um total de 87,5 % das famílias das assistentes sociais. Com base na orientação religiosa dos pais, os descendentes tendem a seguir esta direção, salvo os casos em que um dos dois (pai ou mãe) não é religioso e influencia na religiosidade dos filhos.

O desejo de servir ao próximo como valor religioso é cultivado, como aponta a pesquisa de Simões⁵ (2005), na educação familiar religiosa dos assistentes sociais. O reconhecimento do Serviço Social como uma profissão de ajuda ao próximo, segundo este autor, favorece uma auto-identificação com as atividades assistenciais, ainda que os candidatos ao Serviço Social não tenham um conhecimento prévio da profissão, - consoante foi identificado também na pesquisa -, mas tenham tido contato ou observado a atuação de algum assistente social. Neste caso, o ideário de ajuda ao ser humano e a pessoa, revelado por assistentes sociais, servirá de parâmetro para a identificação vocacional, tanto do próprio indivíduo como dos parentes e amigos que indicaram o curso.

Quanto ao Estado, este absorve o Serviço Social nos primeiros anos de sua existência, quando passa a dinamizar a economia e criar me-

⁵ Pedro Simões, 2005, desenvolve a tese de que há vínculos entre o Serviço Social e a religião, a partir de estudos desenvolvidos no Brasil e na Inglaterra.

canismos de controle e incorporação burocratizada das reivindicações - indicando as lutas travadas pelos agentes envolvidos -, por meio de uma legislação social para os trabalhadores, ao assumir a função de promotor do desenvolvimento e implementador de políticas sociais⁶ as quais garantissem a estabilidade econômica.

Assim, a assistência social⁷ tratada, inicialmente no Brasil pelo ideário da Igreja Católica, permeada pelo sentimento religioso e de solidariedade (Torres, 2002), é um campo de disputa, de ação e mediação entre as classes sociais, determinado em parte pelo Estado, Igreja, trabalhadores, burguesia e pelo próprio Serviço Social. Ao tornar-se campo de disputa, a assistência comporta um caráter contraditório e político ao cumprir de um lado o caráter ideológico de arrefecer as pressões da sociedade; do outro, representar a luta dos segmentos subalternizados pela ampliação de direitos sociais e por respostas às suas reivindicações.

O caráter político-ideológico da assistência, empreendida pelo Estado brasileiro, é patente não só no monopólio desse capital, mas também na condução da política assistencial desde 1930 até os dias atuais. O caráter humanitário, assistencialista - assistência em vários períodos, foi gerida pelas primeiras damas Darcy Vargas (1940), Rosane Collor (1990) e Ruth Cardoso (1995-2002) - e subordinado ao qual a assistência foi conduzida em diferentes períodos históricos⁸, bem como a adoção de uma gestão tecnocrática⁹ para exercer o poder social e a capacidade técnica, atestam a efetividade deste modelo enquanto instrumento de subordinação e controle do poder estatal.

⁶ Silva (1997: 189) distingue políticas sociais como sendo todas aquelas “que dizem respeito ao âmbito da *reprodução*, da *(re)distribuição* e do *consumo social*, enquanto a política econômica “refere-se, fundamentalmente, ao âmbito da *produção*, da *acumulação*, da *concentração* e do *consumo*.”

⁷ A assistência social é entendida como um conjunto de ações de caráter social direcionadas para os segmentos empobrecidos da população. De forma mais geral, concordamos com Sposati (2007:11), quando afirma que “toda política social é assistencial na medida em que se propõe a promover uma necessidade.”

⁸ Conferir em Torres (2002).

⁹ A tecnocracia é caracterizada pelo governo dos especialistas, cujo protagonista é o sábio e não o cidadão. Esta condição ocorre com o crescimento do aparelho burocrático, cuja estrutura é hierarquizada, mantendo assim um fluxo de cima para baixo, pautado na eficácia e no discurso competente. Este conhecimento enseja um Estado autoritário, intervencionista, identificado por Oliveira, nos períodos autoritários desenvolvimentista e neoliberal brasileiros. (Oliveira, 2003)

Assim sendo, no espaço social¹⁰, bem como na relação dinâmica e antagônica que mantém com o Estado, se define o Serviço Social, desde o seu surgimento até os dias atuais, visto que, desde as décadas de 30 e 40 do século passado é alavancado ao patamar de profissão, tendo garantido o mercado de trabalho para ser validado na sociedade.

Já nos anos de 1950, o Estado regulamenta profissões e ofícios de forma burocrática, na perspectiva de controle do acesso ao mercado de trabalho¹¹. Por outro lado, é com base nessa realidade que se torna possível aos vários grupos especializados a institucionalização de suas atividades profissionais (Petrarca, 2007)

Segundo o estudo de Petrarca (2007) sobre a profissão de jornalismo, o vínculo que se estabelece entre o Estado e as profissões, tornam a intervenção das mesmas, na burocracia pública, um trunfo imprescindível para o estabelecimento de fronteiras e o reconhecimento da profissão, garantindo postos e espaços. Assim sendo, os órgãos de governo tornam-se *lugares-chave* para a atuação técnica e para a formação de competências práticas (Loureiro, 2006), estabelecendo uma relação de mão dupla, visto que ambos (Estado e profissionais) ganham com o vínculo estabelecido.

Nesta relação, temos de um lado, o Estado que se beneficia com os diversos ofícios, na medida em que se propõe a organizar um conjunto de profissões, para favorecer a sua formação mediante controle de “um conjunto de saberes especializados apresentados como fundamentais para traçar os caminhos da nação”. (Petrarca, 2007: 5) As diferentes categorias profissionais, entre elas a dos assistentes sociais, são instrumentos estratégicos¹² nas mãos do Estado para solucionar os problemas

¹⁰ Espaço social é aqui tomado como “o universo das relações dotadas de sentido entre indivíduos, grupos, categorias, estratos e classes sociais e elementos culturais”. (Gallino, 2005)

¹¹ A Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social (Lei nº 3252) data de 27/08/1957, assim como os Conselhos Federais e Regionais de Assistentes Sociais (CFAS e CRAS, hoje denominado CFESS e CRESS) aos quais competiam a fiscalização do exercício profissional. Dados Disponíveis em <http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php>.

¹² Estas instâncias de caráter regulador, Gramsci identificou como aparelho de hegemonia que compreende – em analogia ao conceito de aparelhos ideológicos de Estado (AIE), de Althusser - instituições da sociedade civil: “a igreja, as escolas, os sindicatos...” (Buci-Glucksmann, 1980: 90), situando-os ao lado do Estado, sem se confundir com ele. Os AIE são ‘um lugar’ e um ‘móvel’ de luta de classe (luta-se neles e por eles). Já que neles circulam as ideologias de classe imprescindíveis para se manter no poder, o que lhe confere um caráter ideológico. (Buci-Glucksmann, 1980).

do operariado brasileiro, para manter o ordenamento da sociedade e permanecer com o domínio do campo assistencial.

Por conseguinte, nesse período, várias profissões, além do Serviço Social, são tomadas pelo Estado, de forma a defender as propostas governamentais de desenvolvimento da nação. Segundo Pécaut (1990), a relação entre Estado e as profissões não se dissocia das convicções políticas dos profissionais de atuar em favor da nação. Para o autor, não há distinção entre a atuação política e o pertencimento profissional, uma vez que é por meio da profissionalização que estes profissionais se inserem na política. Relação esta, que é ratificada pelos órgãos de classe.

Já institucionalizado, a partir de 1960, o Serviço Social teve a possibilidade de se expandir, ainda que num período adverso¹³, sendo aproveitado numa perspectiva disciplinadora e organizadora da sociedade, posto que as características da política assistencial forjaram um Serviço Social tecnicista, preocupado com os métodos de intervenção.

A ênfase na participação popular, no sentido de viabilizar uma maior aceitação dos planos de governo, em consonância com os movimentos sociais e a pedagogia de Paulo Freire, que davam destaque ao “popular” – tal conotação implicava idéia de organização e conscientização do povo para o protagonismo social (Faleiros, 1997) -, ratificam o vínculo do Serviço Social com o Estado.

Essas proposições dos profissionais de Serviço Social se coadunam com as manifestações políticas dos intelectuais brasileiros nos anos de 1950-1960, conforme o estudo de Pécaut (1990), que, ao analisar o papel político que os intelectuais assumiram, identifica “a missão de ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária” e de compreender que “o desenvolvimento econômico, a emancipa-

¹³ No período militar, o governo brasileiro se estruturou para controlar o movimento dos trabalhadores e para garantir o modelo econômico do capitalismo monopolista internacional, através de uma política de desenvolvimento industrial que promoveu a exclusão social de boa parte da população. Ao fim dos anos de 1970, em flagrante falência, o governo iniciou a distensão política, desenvolvendo projetos de auto-reforma, preservando as relações econômicas e sociais, através de programas assistencialistas de combate a pobreza, paliativos e centralizadores, sustentados na coerção e no medo (Torres, 2002). Neste interim, os profissionais se empenharam em assumir uma relação mais eficiente, eficaz e neutra, de forma a conservar o espaço no mercado de trabalho, não conflitando com o Estado Militar.

ção as classes populares e a independência nacional”, fazem parte de um mesmo projeto, cuja população deve estar engajada¹⁴ (Pécaut, 1990: 15-16).

Nessa primeira etapa do Serviço Social, assim como de outras carreiras, que vai até os anos de 1960, ocorre a institucionalização e profissionalização das mesmas. Os profissionais associam-se ao Estado com vistas a angariar posições que possibilitassem o reconhecimento e a regulamentação dos ofícios, definindo assim os critérios que pudessem controlar a entrada de novos agentes. Este período é importante para a definição de quem é ou não profissional, distanciando técnicos de amadores.

Os diversos profissionais assumem uma ação, junto com o Estado, de ordenar a nação e ao mesmo tempo um papel político de intervenor no campo social. Tal relação torna-se assim, um capital importante para a ascensão da profissão e revela o caráter político dos agentes profissionais.

No entanto, há, no período da ditadura militar, uma explícita fratura no conjunto de algumas profissões. Apesar do interesse pela manutenção dos espaços sócio-ocupacionais ser de interesses de todos, os caminhos percorridos para alcançar tais objetivos se diferem, indicando as disputas internas (no caso do Serviço Social essas disputas ocorrem no campo da assistência). Um grupo mais próximo aos órgãos públicos defende uma ação competente, reforçando sua capacidade técnica, enquanto outros, mais permeáveis ao contra-movimento da sociedade, defendem uma profissão crítica.

Assim, em sua trajetória, o Serviço Social assume objetivos diversos e novos sentidos na medida em que o olhar sobre os fenômenos sociais ganham novas matizes, isto é, na medida em que os profissionais assimilam novas tendências teóricas e políticas postas na sociedade, iniciando um processo de mutação contínua, definido pelas referências teóricas e pela dinamicidade da realidade social posta aos agentes profissionais.

¹⁴ O governo deste período primou pelo chamamento do povo, para participar dos esforços de desenvolvimento da nação. Clichês tais como fazer o bolo crescer para dividir, desenvolver 50 anos em 5, buscaram sensibilizar a população e fazê-la colaborar com as políticas sociais e econômicas adotadas.

Um novo discurso dos assistentes sociais é mais perceptível a partir do final de 1970, quando os agentes profissionais intentam estabelecer novos vínculos com o Estado, afirmando sua competência técnica e política no manejo das problemáticas da sociedade. Nessa fase, os profissionais vinculados às universidades brasileiras, notadamente nos cursos de pós-graduação, denotam sua posição na esfera política, intentando romper definitivamente com a identidade que a profissão assumiu nos primeiros anos de existência e com a relação funcional que preservou até aquele momento com o Estado. A partir desta quadra, se estabelece um discurso crítico em relação à atuação dos órgãos governamentais e do empresariado brasileiro (seus contratantes) junto às classes trabalhadoras.

O Serviço Social, enquanto agente do campo da assistência, busca a sua emancipação frente ao Estado, lutando pelo controle da produção e legitimação dos bens produzidos (o que vai determinar uma posição menos subordinada e de maior prestígio e poder do Serviço Social na sociedade). A relação de conflito se torna perceptível quando o Serviço Social intenta subverter a ordem no campo da assistência, redefinindo a forma como a mesma deve ser executada, transformando o modo como o Estado a monopoliza, a partir da própria redefinição da profissão.

O momento de transição da profissão (consolidado a partir de 1980), conhecido como “Movimento de Reconceituação” (1960/1970), apresenta uma diversidade de propostas e interesses dos assistentes sociais as quais durante duas décadas buscaram atender, num primeiro momento (1960), as exigências do mercado de trabalho, renovando suas bases metodológicas, sem, contudo, empreender uma ruptura com o caráter estrutural-funcionalista da profissão; posteriormente, já em 1970, o marxismo e a fenomenologia¹⁵ deram a base para um novo Serviço Social (Silva, 2006). Bastante criticada por alguns profissionais, a fenomenologia não alcançou uma validade junto à categoria, que optou

¹⁵ Ambas correntes filosóficas são veiculadas por assistentes sociais nas universidades e em alguns encontros da categoria organizados pela ABESS, CBCISS E ALAES, tais como os Seminários de Sumaré (RJ. 1978) e Alto da Boa Vista (RJ. 1984), indicando que os debates empreendidos nesta época ficaram circunscritos em grande parte ao âmbito acadêmico e só chegando à maioria dos profissionais, quando foi reformulado o projeto profissional em 1982 com base no marxismo.

por um novo projeto profissional de cunho marxista, que só ganhou fôlego com o fim da ditadura militar em 1980 (Netto, 1994).

As motivações, que levaram os profissionais a buscarem essas mudanças, bem como as proposições apresentadas nos encontros, variam demasiadamente, conforme indica a literatura que trata do assunto¹⁶; mas, de forma geral, havia uma necessidade urgente de modernizar a profissão mediante uma metodologia e uma teoria que possibilitassem superar o caráter de apostolado social, e garantir uma formação qualificada atendendo a ampliação e diversificação do mercado de trabalho profissional, pela crescente assimilação da categoria profissional pelos órgãos governamentais.

Estes profissionais defendem, com base em uma nova concepção de profissão, um Serviço Social crítico, comprometido com a democracia e com a realidade social, ao tempo em que reforçam a sua competência política. No estudo sobre a profissão de Jornalismo – que podemos trazer para o Serviço Social -, Petrarca (2007) analisa que tais investimentos buscam o controle do mercado, o domínio sobre os critérios de pertencimento à profissão, os recursos legítimos para a entrada na profissão.

Igualmente, não podemos desconsiderar que os profissionais de Serviço Social (provenientes das classes mais baixas), são “novos agentes” com uma diversificação política - com menos capital econômico, com maior conhecimento científico e com uma nova definição do mundo social, predispostos, em parte, pela condição de classe e gênero -, engajados na luta pela subversão de um campo, mais especificamente pela autonomia ao Estado e pelo controle da profissão por meio da construção de um novo *ethos* profissional. Uma identidade que não lhe é atribuída pela Igreja ou pelo Estado, mas pelos seus agentes profissionais mediante novas instâncias (a universidade e os órgãos de classe) que substituem as anteriores, ajudando a compor o que hoje é identificado pelos assistentes sociais como Serviço Social brasileiro.

Sobre a origem socioeconômica e cultural das assistentes sociais na atualidade, é possível afirmar que permanece baixa¹⁷. Mas, é preciso destacar que a baixa escolarização não anula o capital objetivado, pois a criticidade

¹⁶ Confira entre outros, Lima (1978) e Kisnerman (1980).

¹⁷ Na pesquisa com as assistentes sociais, identificou-se um nível de escolaridade baixo dos pais (maioria com o primário completo), assim como a renda familiar.

e politização pode ser adquirida por meio de outras experiências de vida ou que podemos identificar como uma educação informal, que se reflete na trajetória dos filhos. Fato esse, comprovado pela inserção das assistentes sociais na universidade que aparece como uma estratégia de reprodução social; isto é, faz parte do projeto de ascensão da família, cujo estudo é visto como o caminho necessário para a mudança de vida. Assim sendo, a participação no mundo social é, além de uma vivência, uma projeção dos progenitores que querem ver os filhos numa situação de vida melhor que a deles.

Concernente a questão de gênero, o Serviço Social sempre foi constituído por mulheres.¹⁸ Inicialmente, mulheres católicas imbuídas pelo sentimento de “assistir aos desvalidos”, responsáveis pelas famílias, crianças, idosos e outros segmentos considerados incapazes, dentro de uma ótica liberal, cabendo-lhes cuidar, orientar, educar, ajudar, caracterizando, assim, uma atividade imanente às mulheres, de caráter muito mais ideológico que material.

O Serviço Social atual eleva-se ao patamar profissional, mas permanece com uma imagem de profissão feminina associada à ajuda e, mais especificamente, ao sentimento religioso de amor e cuidado ao próximo ou aos mais carentes, apresentando assim uma carga religiosa. Na divisão sexual do trabalho, devemos considerar, em primeiro plano, as estruturas sociais autoritárias do homem sobre a mulher e filhos na família, como uma construção social, bem como as conseqüências desta na formação dos indivíduos na sociedade que reproduzem de forma inconsciente a dominação masculina, refletindo na configuração de papéis do homem e da mulher¹⁹.

Esses elementos influenciam diretamente na escolha da profissão, indicando que não há uma unicidade sobre as justificativas para a escolha profissional, mas que o conceito sobre a profissão antes de ingressar na universidade, pode estar relacionado ao universo de vivência das assistentes sociais. Assim sendo, a concepção da profissão pode estar associada à vivência religiosa e familiar, a prática assistencial ou a uma trajetória de militância. Portanto, o Serviço Social em muitos casos, aparece associado à possibilidade do contato direto com pessoas, à atividade política, à prática assistencial ou à ajuda e caridade

¹⁸ O Serviço Social, como nos indica Simões, desde 1960, independente da região do país, é composto majoritariamente por mulheres (95%). Simões (2005).

¹⁹ C.f. Bourdieu (1998a) e Castells (1999).

aos mais carentes; ou ainda a educação. No conjunto das motivações, aparece um caráter utilitarista - na medida em que há uma projeção de que o Serviço Social pode agregar valores às práticas já desenvolvidas - e valorativo (principalmente valores humanitários), pertinente à concepção que se tem da profissão²⁰.

Se a profissão escolhida estiver associada a uma atividade ou posição ocupada pelo agente, a titulação profissional agrega valores e legitima as atividades do indivíduo que a possui, configurando-se “um mecanismo de reprodução atestador de uma competência técnico-científica juridicamente assegurada por um título universitário legitimador de uma posição social dominante.” (Seidl, 2002: 107). Examinando o Serviço Social nesta perspectiva, entende-se que ele está associado desde sua origem, a práticas assistenciais públicas, filantrópicas e religiosas, desenvolvidas em ONGs, Secretarias Municipais de Assistência, associações e grupos religiosos, o que converte a graduação em Serviço Social, em um mecanismo legitimador de tais práticas, direcionando agentes que integram este universo de atividades (associadas à ajuda ou aos direitos sociais, de forma voluntária ou remunerada), a escolha pela profissão de Serviço Social. Portanto, experiências associados ao “social”, podem conformar um *habitus* responsável pela escolha profissional.

De tal modo, a escolha por uma profissão pode ser definida pelo valor que porta na sociedade. Apesar do Serviço Social, não ter grande “status”²¹ social, quando se refere a retorno econômico, pode alcançar um valor simbólico mais alto, de acordo com os recursos herdados por cada agente. Assim sendo, para um padrão familiar baixo, o título universitário, independente da profissão, pode representar um avanço.

Além do mais, com base nas entrevistas, e nas pesquisas de âmbito nacional, o mercado de trabalho do assistente social, está basicamente condicionado às políticas públicas, haja vista que no Brasil, 80% de absorção dos profissionais encontram-se no setor público²², seja no

²⁰ Dados coletados mediante entrevistas com as assistentes sociais.

²¹ Vale lembrar que este aspecto valorativo dado a cada profissão, é um determinante cultural. Em diferentes sociedades, as profissões podem alcançar valores diversos, a partir da inserção profissional, do exercício profissional, da importância social e econômica, o que trará também um retorno diferenciado.

²² Disponível em <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/assistente_social/home.html>. Acesso em 28/12/2008.

nível municipal, estadual ou federal, apresentando assim um mercado de trabalho consolidado.

Portanto, as mudanças empreendidas na profissão nos últimos 40 anos, determinados pelos agentes profissionais e sintonizados com os movimentos sociais presentes na sociedade e articulados em torno de novas garantias sociais (vejamos, por exemplo, a LOAS), vêm assumindo claramente uma direção marxista que responde pela direção política da categoria.

A posição dos assistentes sociais na academia a partir da década de 70 do século passado é estratégica²³, pois os cursos de graduação são responsáveis pelo processo formativo das novas gerações de profissionais e a pós-graduação permite as elaborações teóricas que alimentaram a nova literatura profissional. Estão presentes ainda nos órgãos de classe, responsáveis pelas discussões, deliberações e aprovações dos novos currículos da profissão²⁴. Assim sendo, estas pequenas experiências ao dominarem os debates nos diversos eventos da categoria e ao incidirem sobre os órgãos sindicais, de organização da formação profissional (ABESS, hoje ABEPSS²⁵) e de organização do exercício profissional (CFAS, hoje CFESS e CRAS, hoje CRESS²⁶), favoreceram a incorporação do marxismo na profissão, ainda que os projetos pedagógicos se proponham, na atualidade, a uma formação pluralista.

A inserção do marxismo para grande parte dos assistentes sociais

²³ Segundo Pécaut (1990), os intelectuais se personificam (décadas de 1960 e 1970) no pesquisador da academia, pondo em evidência os professores universitários principalmente de ciências sociais, como opositores do Estado e mais distantes da “ciência burguesa”. Neste contexto, alguns assistentes sociais engajados, ao exercerem a docência, encontram na universidade condição suficiente para experiências e pesquisas num viés marxista.

²⁴ Sobre o percurso da “intenção de ruptura” (vertente do Movimento de Reconceituação, responsável pela inserção do marxismo no Serviço Social) na profissão, Netto (1994) faz uma minuciosa pesquisa indicando as primeiras universidades (Minas Gerais, Maranhão e posteriormente Rio de Janeiro, São Paulo e Campina Grande) e os primeiros teóricos a contribuírem com marxismo (Leila L. Santos, Ana Maria Quiroga, Míriam L. Cardoso).

²⁵ A ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) é um órgão representativo dos assistentes sociais, fundado em 1946, tendo por objetivos agrupar as Unidades de Ensino de todo o Brasil de forma a assegurar direção intelectual e político-pedagógica definidas nas Diretrizes Curriculares. Disponível em <<http://www.abepss.org.br/>>. Acesso em 25 fev. 2008.

²⁶ O CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e os CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) são responsáveis pela organização e fiscalização do exercício profissional em todo o território brasileiro.

deu as bases para a defesa de um Serviço Social comprometido com a realidade social, com a democratização dos direitos sociais, crítico e articulado às classes trabalhadoras (Silva, 2006).

Nos últimos vinte anos, além das obras marxistas, são incorporados ao projeto e ao discurso profissional os marxistas contemporâneos, como é o caso de Antonio Gramsci que desenvolveu o conceito de intelectual orgânico²⁷, presente no discurso profissional mediante prática educativa.

Ao estabelecer a dimensão pedagógica da prática do assistente social, os profissionais ressaltam a função educativa e organizativa do Serviço Social, conforme apreendido na universidade. Esta dimensão indica ainda, o papel político do assistente social prescrito pela formação acadêmica, incorporado à profissão, que visa à garantia de uma intervenção consciente no cotidiano das classes subalternizadas, promotora de cidadania, de forma a afirmar uma direção política ou a politização da ação profissional.

Tal apreciação está relacionada a uma caracterização mais geral da cultura política brasileira, para a qual é inconcebível pensar conhecimento e formação acadêmica separado da ação e de uma intervenção social. Essa cultura política, entendida aqui como “fenômeno de sociabilidade política e uma adesão implícita a uma mesma leitura do real” (Pécaut, 1990, p. 184), implica uma consciência política e uma atuação no plano político. Nesse sentido, a formação acadêmica e o conhecimento, ao permitirem o acesso à realidade, já são, desde o princípio, completamente politizados (Petrarca, 2007: 15).

Para os assistentes sociais, a politização profissional parte da compreensão do *significado social da profissão*²⁸; isto é, da apreensão do poten-

²⁷ Segundo Abreu (2004), a dimensão pedagógica do Serviço Social insere-se na concepção gramsciana de direção intelectual e moral, que busca a transformação ideológica através de ações voltadas para a conquista da hegemonia. Com esta proposta, as estratégias educativas envolvem tanto a ‘pedagogia da ajuda e da participação’, quanto à ‘pedagogia emancipatória’ das classes subalternizadas no âmbito da sociedade capitalista.

²⁸ Iamamoto e Carvalho (1993) ao escrever o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* explora o significado social da profissão ao tratar do impacto da atuação desta na sociedade, vislumbrando as contradições inerentes à profissão, atravessada pelos antagonismos de classes. Tal análise identificou para muitos, o Serviço Social como mediador das classes sociais e revelou seu caráter político.

cial interventivo da prática do assistente social nas relações sociais, e das possibilidades de atuação com vistas a uma sociedade mais democrática.

Mas os agentes profissionais, conforme formação profissional, se vêem inseridos em um espaço de lutas. Neste âmbito, é pertinente a preocupação tanto pela sustentação do projeto profissional conquistado até então, quanto pela manutenção da competência científica, a qual possibilita a capacidade de agir e falar de maneira autorizada no campo da assistência. O ensino universitário e o mercado de trabalho, no que pese à desqualificação do primeiro e a retração do Estado, na área social no segundo, são postos na literatura específica como desafios no sentido de superação de demandas emergenciais, compensatórias e fiscalizadoras que se impõem ao Serviço Social. Superação que deve desembocar em ações qualificadas e educativas que reafirmem o projeto ético-político construído ao longo dos anos 1990 e que garantam conhecer as regras do jogo, dentro do campo para lutar (comprometimento com o projeto político) e ocupar o espaço social.

Com essa premissa, os assistentes sociais, vislumbram um projeto profissional - constituído, pela “dimensão teórica” formada pelo conjunto de produção de conhecimento da profissão; pela “dimensão jurídico-política”, composta pelos construtos legais (legislação profissional e social) e pela “dimensão político-organizativa, ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social” (Braz, 2007: 6) -, que direciona a prática do assistente social, ainda que institucionalizada²⁹ e que tornam necessárias ações alternativas ou estratégias de intervenção.

Postas estas considerações, é possível perceber que a perspectiva política da prática do assistente social, a partir de 1980, bem como seu espaço de atuação, converge para a prática ativista, seja no âmbito da assistência aos vários segmentos sociais (através das políticas públicas e ONGs), seja de forma específica, assessorando movimentos sociais (negros, homossexuais, sem terra...) ou na administração de benefícios dos setores privados, conforme os espaços de atuação e os usuários das assistentes sociais e de acordo com o que está preconizado na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662 de 7/6/93).

²⁹ A questão da institucionalização do Serviço Social aponta para um processo de subordinação do profissional, que relativiza sua autonomia e o condiciona ao jogo de poder institucional.

Ao defender uma sociedade democrática e a viabilização de acesso aos direitos sociais por parte das classes usuárias da assistência social, a categoria profissional preconiza, não só uma formação técnica, mas uma formação qualificada de nível superior; em outros termos, os assistentes sociais combatem o assistencialismo praticado nas três esferas do governo, calcado em relações clientelistas e domésticas (haja vista a permanente utilização das mulheres da família para ocupação de cargos de comando nas áreas sociais), com vistas a proteger seus espaços de atuação, haja vista que

[...] os processos de profissionalização e a exigência da formação superior são tomados como recursos fundamentais na concorrência entre os agentes pelo estabelecimento de fronteiras, pela imposição da definição legítima de profissão e por acesso a postos e posições. (Petrarca, 2007: 2-3)

Assim, o papel político assumido pelo Serviço Social junto aos movimentos sociais, favorece o engajamento do assistente social na nova agenda de reivindicações, tais como os dos negros, homossexuais, moradores de rua, meio-ambiente, idosos..., numa perspectiva diferenciada do Serviço Social Tradicional. No que pese os novos objetivos e intenções dos assistentes sociais (muitas vezes imperceptível para os leigos), o trato com o social – seja ele caracterizado como ajuda ou como emancipação das classes subalternas - continua sendo decisivo para a escolha da profissão e para o engajamento a causas sociais.

PROFISSÃO E POLÍTICA: MEDIações NO SERVIÇO SOCIAL

A construção histórica do Serviço Social, assim como a origem social das assistentes sociais propõem estabelecer um fio causal sobre a participação política dos assistentes sociais, considerando que a escolha profissional, já pode ser um indicador de uma predisposição à participação política em suas variedades. Por conseguinte, o valor humanitário, o senso por justiça, a predisposição ao trabalho coletivo, entre outros aspectos, são sentidos identificados tanto na escolha profissional, quanto na participação política.

Os indicadores presentes na origem familiar (convivência comunitária e religiosa, liderança e práticas políticas partidárias) que predis põem as pessoas a escolherem algumas profissões - tal como o Serviço Social -, estão também presentes na disposição para a prática política. No estudo de Seidl (2009: 23), é ratificada a:

[...] conjunção de elementos de socialização familiar e escolar na formação dos anos de juventude que combinam fatores ideológicos e uma propensão ao ativismo: presença de políticos no grupo familiar e/ou de familiares *interessados* em política (candidatos, por exemplo) ligada a forte integração social e a uma relação localista e *concreta* com o político, pais de profissão docente, forte socialização religiosa, ligação com movimentos católicos.

A prática política e profissional é assim, mediada por vários elementos. Em um primeiro plano, é possível identificar uma educação doméstica e hereditária, as experiências comunitárias e políticas (familiares políticos ou simpatizantes políticos) dos antecessores, a participação nos movimentos estudantis e nos movimentos religiosos (no caso das assistentes sociais entrevistadas, 62,5% participaram dos grupos de jovens da Igreja que freqüentavam) exercendo importante papel no processo formativo e na disposição para a política.

Em um segundo plano, tem-se a formação profissional que funciona como um orientador para as ações profissionais, possibilitando a aquisição de uma competência discursiva, de uma criticidade, de habilidades técnico-operativas e de uma autoridade dada pelo diploma, reforçando a idéia de que o ingresso em um curso superior, não engendra uma participação política para a maioria, mas pode se converter em um recurso adicional utilizado e aprimorado ao longo da vida profissional e da militância política. No Serviço Social os aspectos teóricos e práticos da formação sugerem um engajamento social dos agentes profissionais na sociedade.

Assim, a predisposição para as causas sociais, constatadas como critério de escolha profissional para a maioria daqueles que ingressam no curso de Serviço Social, será reforçada no processo formativo³⁰,

³⁰ Veja-se, por exemplo, o código de ética profissional dos assistentes sociais.

instrumentalizando os acadêmicos e profissionais para uma melhor atuação política e ajudando na reconversão de um tipo de militância para outra forma de atuação política, como por exemplo, a militância religiosa em militância filantrópica.

Logo, a formação universitária, “é constituída acima de tudo pela capacidade de submeter à formação escolar e universitária ao engajamento e à participação política em diversos tipos de organização e de movimentos” (Oliveira, 2008a: 9). Portanto, nos casos em que já há uma disposição do indivíduo a determinadas causas ou à participação política, a profissão de Serviço Social - além de outras - serve para instrumentalizar para uma melhor atuação.

Segundo Gaglietti (2003), no percurso dos militantes, habilidades são aprimoradas, desenvolvendo a percepção que os capacita a mobilizar seus principais recursos no jogo político. Com a experiência, os militantes adquirem domínio do que dizer, falar em público, perceber as oportunidades, e ter a capacidade de liderança. É um aprendizado ou aprimoramento importante no investimento da militância, para as assistentes envolvidas em movimentos sociais antes e depois da formação profissional.

A competência discursiva e de leitura de realidade, que o assistente social se apropria na formação profissional, está diretamente ligada à visão gramsciana³¹, desenvolvida no âmbito da academia de que o assistente social é um intelectual orgânico e sua prática política. Outrossim, a fala e a exposição de idéias no militante são, para Gaglietti (2003), elementos de grande importância e que reafirmam “uma opção de vida e um posicionamento diante dos outros [...]” (idem:112).

A questão da participação política no Serviço Social, ainda que presente desde a institucionalização da profissão, torna-se recorrente no discurso dos agentes profissionais a partir da década de 80 do século passado, naturalizando uma forma de pensar o mundo, e, em alguns casos, de intervir nele. Os assistentes sociais associam a ação profissional à ação política, posto que na profissão há um apelo neste sentido.

³¹ Os conceitos de Antonio Gramsci - considerado um marxista do século XX ou marxista ocidental que faz uma revisão e atualização da teoria de Marx, contrapondo-se as interpretações mecanicistas (economicista) -, servem de referência nos cursos de Serviço Social em todo o Brasil.

Dessa forma é identificada uma “práxis” profissional, conforme posto no atual código de ética profissional dos assistentes sociais e na Lei de Regulamentação da Profissão, incidindo nos projetos pedagógicos dos vários centros de formação em Serviço Social no Brasil.

As diretrizes curriculares (1993) que norteiam o projeto pedagógico do Serviço Social em todo o Brasil, prevêem laboratórios e oficinas de instrumentos e técnicas para capacitar os assistentes sociais, de forma que os mesmos tenham domínio no que concerne a estudos, diagnósticos e pareceres sociais e projetos de pesquisa. Os assistentes sociais devem também estar aptos para elaborar relatórios, fazer entrevistas e abordagens, planejar e coordenar reuniões entre tantas outras atribuições assumidas no mercado de trabalho.

Para Gaglietti (2003), o uso de técnicas para dirigir reuniões, defender propostas, coordenar mesas em eventos públicos, representar uma organização, negociar, convencer, fazer acordos, são manobras importantes na militância. Todos estes aspectos, o autor traduz, como sendo o jogo de fazer política, que se dá na convergência de todas as experiências de vida de um militante – trajetórias, origem social, escolaridade, ocupação profissional crenças religiosas e convívio familiar – que concorre para compor um capital político, diferente em cada militante.

Além das aquisições até aqui indicadas, a obtenção do diploma universitário tem um valor simbólico importante na vida política, pois garante um reconhecimento de competência, independente da profissão certificada.

Assim, com base em Bourdieu (1998b), podemos considerar o diploma como capital cultural em seu estado institucionalizado e que tem autonomia relativa em relação ao seu portador, e até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, em dado momento histórico. Isso significa afirmar que o diploma, “essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura [...]” (Bourdieu, 1998b: 78), institui uma *magia coletiva* e uma diferença de essência entre a competência reconhecida pelo diploma (estatutariamente reconhecida e garantida) e a competência sem diploma (constantemente intimada a mostrar seu valor). Portanto, como afirma o autor, o diploma tem o poder de fazer crer, de fazer reconhecer. É uma magia imposta e mantida pela crença coletiva, constante, homogênea, que institui valores próprios.

Outro elemento secundário, importante na participação política, são os espaços de sócio-ocupacionais, pois além das “disposições psicológicas” e das características de classe, é indispensável considerar, como destaca Oliveira (2008b) os recursos organizacionais e institucionais. Da mesma forma que o conhecimento teórico metodológico, é essencial para instrumentalizar a prática profissional, os recursos institucionais são necessários para a efetivação da ação profissional.

O serviço público para Coradini (2007) articula-se à idéia de “direito” ou “dever do Estado”, definindo em certos casos a vinculação com o engajamento e a militância, reforçada pela concepção política que se tem da profissão (forjada no processo de formação profissional).

Assim sendo, os espaços de atuação do assistente social convergem para a participação política, na medida em que estes estão, em sua maioria, ligados às políticas públicas legalmente instituídas como dever do Estado, em instituições com recursos organizacionais que funcionam como mediadoras da ação estatal. As profissionais, ao estarem atrelados aos programas e projetos das três esferas de governo ou a entidades não governamentais, têm seus papéis e funções definidas, pois, via de regra, atuam no sentido de viabilizar o acesso dos usuários aos serviços sociais, prestados institucionalmente e garantidos legalmente.

Além da direção política dada na universidade, ao formarem-se, os assistentes sociais, encontraram um universo de trabalho amplo e propenso a uma prática engajada. De forma geral, os assistentes sociais atuam diretamente com usuários de políticas sociais, caracterizados pela carência material, pela subordinação e violência estrutural. Na pesquisa, identificamos a atuação junto aos trabalhadores urbanos e rurais, mulheres, idosos, crianças em situação de vulnerabilidade ou com problemas de saúde, identificados pelos assistentes sociais como expressões da questão social.

O mercado de trabalho é assim, um estruturante da prática profissional. Para Gentili (2006), é o mercado de trabalho, através das instituições, que dão a base jurídica, do que é “ser assistente social.” Consequentemente, o mercado de trabalho é um dos pilares da formação da identidade profissional, que supera inclusive o discurso erudito – primeira base que dá a direção geral dos conteúdos teóricos, éticos, políticos que ganham legitimidade através das produções teóricas que “veiculam as representa-

ções e as convicções dos segmentos profissionais que articulam a direção hegemônica na profissão” (Gentilli, 2006: 28-29) –, ainda que gere um discurso fragmentado. A prática profissional define muito mais as convicções e representações profissionais, que os paradigmas teóricos.

Corroborando com a idéia de que a atuação profissional e os direitos sociais se articulam, Gentilli (2006) identifica que o mercado de trabalho condiciona a prática do assistente social, fornecendo a dimensão política do fazer profissional, ao criar possibilidades de atuação forçadas pela *vontade profissional*, visto que através da prática (manejo do assistente social) o usuário dos serviços sociais pode acessar benefícios e programas, o que configura a tarefa de “transformar possibilidades em efetividade” *ditadas pelo inconformismo* (Gentilli, 2006:13).

A autora nos aponta a necessidade de conjunção de espaços e recursos organizacionais em associação com a vontade profissional, ou seja, com a predisposição à militância e ao envolvimento com causas sociais. Desta forma, podemos concluir que o mercado de trabalho profissional concorre para a militância e o engajamento de agentes predispostos.

No entanto, nem sempre os espaços de atuação são favoráveis. Segundo Gentilli (2006), as contingências do mercado de trabalho condicionam a prática do assistente social, visto que a profissão não tem como se estabelecer fora dele, o que faz com que a mesma tenha suas ações definidas por questões políticas, independente de sua vontade. Assim a realidade vivida cotidianamente pelo agente profissional conforma situações ambíguas e imediatistas, “esvaziadas de sentidos e finalidades” e reificadas por relações hierarquizadas de poder das organizações onde atua (Gentilli, 2006: 15), pois o assistente social está preso a uma teia burocrática, ficando destituído do saber e do papel político, já que o profissional não consegue identificar, racionalizar as várias requisições (atividades) que compõe o todo (Gentilli, 2006).

Mas, na relação em que se estabelece entre a participação política e os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, faz-se necessário destacar que esta relação apresenta-se também de forma oposta; ou seja, a militância e o engajamento são elementos de reconversão no mercado de empregos, na medida em que o profissional militante agrega um

capital político e social, que o autoriza a ocupar postos de trabalho, assumindo cargos e funções na esfera pública.

Por conseguinte, a militância pode render ao profissional, cargos e posições estratégicas, tais como cargos de direção, cargos de confiança, importantes não só na trajetória política, mas também na trajetória profissional. No exercício profissional do assistente social, assim como em outras carreiras, é possível afirmar que há uma proximidade social e uma afinidade deste exercício profissional com a política (Petrarca, 2008), principalmente se considerarmos as habilidades técnico-operativas, a competência discursiva, bem como os espaços institucionalizados da prática profissional. Nesse caso, a legitimação e instrumentalização, dada pela militância, torna-se um componente importante no mercado dos empregos, vista muitas vezes, como a oportunidade que o indivíduo necessita para obter a posição social, política e profissional almejada.

Essa realidade não é recente no Serviço Social, se considerarmos o processo de institucionalização do mesmo, na década de 30 do século passado, e a relação que os profissionais mantiveram com o Estado. Consideramos então, que a politização, para alguns profissionais os quais militam ou estão engajados em alguma causa social, é o mercado de empregos, haja vista, que os órgãos públicos continuam sendo responsáveis pela absorção da maioria dos profissionais, e que, estes órgãos, via de regra, estão associados às políticas sociais, viabilizadoras de direitos sociais.

Nessa medida, podemos afirmar que as diversas formas de participação política, bem como de atuação profissional, criam mercados, ou seja, criam novos espaços de atuação, assim como outros perfis de profissionais, visto que, novos agentes políticos podem reconhecer no Serviço Social a possibilidade de profissionalização, assim como aconteceu no final dos anos de 1970, quando o Serviço Social passou a assumir uma nova identidade, fruto de uma mudança no perfil dos agentes profissionais e de uma nova agenda social que instaura novas possibilidades de atuação.

Assim sendo, é possível avaliar que a participação política foi sendo construída na trajetória social dos indivíduos, considerando os espaços familiares, acadêmicos, profissionais e políticos os quais criam as

condições para a aquisição de recursos sociais diversificados e para a reconversão destes no processo de profissionalização e participação política que aparece tanto na reconversão da formação profissional para a participação política, quanto da reconversão da participação política para o Serviço Social.

Essas duas modalidades mais gerais de itinerários políticos foram identificadas nas trajetórias das assistentes sociais entrevistadas, cuja maioria (75% das profissionais), já engajados politicamente antes do ingresso no Serviço Social, enriquecem a prática militante e a prática profissional, propiciando sucesso ora na vida política devido à titulação acadêmica (valor simbólico do título e o saber intelectual), ora na vida profissional com a militância (redes de relacionamento que se formam e chances de alcançar cargos públicos).

Nesse padrão, além da formação em Serviço Social, é possível identificar outros recursos que alcançam uma importância maior na trajetória das assistentes sociais, tais como a origem político-partidária do grupo familiar que tem um papel importante na ausência de outros recursos; a socialização religiosa que funciona como um recurso importante de reconversão na participação política, pois os ideais humanitários e as motivações de ordem simbólica, justificam – ainda que de forma parcial - a participação de militantes (Gaglietti, 2003).

A socialização religiosa é um dos principais indicadores do itinerário político das assistentes sociais militantes. A conjunção entre a religião e a política é assim notória, visto que há uma transferência de crenças ou concepções para a esfera política. (Idem). É notória ainda, pela análise das trajetórias das profissionais, a conjunção da escolarização com a participação política, assim como os espaços de atuação profissional que pode gerar vários padrões de participação política em diferentes agências sociais.

Sendo assim, os restantes das trajetórias (25%) apresentaram uma participação política concomitante ou após a formação profissional, confirmando, como indica Seidl (2009: 24), a “tendência de associação entre o aumento e diversificação da titulação escolar e probabilidade de sucesso em carreiras políticas e em militância variadas”, haja vista que a profissão condiciona seus profissionais na sociedade ao agregar “saberes reconhecidos como ‘acadêmicos’, ‘científicos’ ou,

mais geralmente ‘intelectuais’”, concorrendo para a composição do capital político. Nesse caso, a formação universitária ajuda a ampliar ou despertar a eficácia política, ao tornar-se um instrumento de participação política.

Os indicadores encontrados reafirmam a idéia de que a participação política é dinâmica e variável, visto que depende dos recursos sociais que ajudam a compor a competência política do militante, oriunda de forma geral, de atributos ligados à posição social, nível de escolaridade alcançado, e, que podem ser potencializados e aprimorados de acordo com o tempo de engajamento em partidos, de participação em movimentos sociais, das relações pessoais e das relações políticas pregressas (Gaglietti, 2003).

E nessas trajetórias, os agentes militantes vão dando sentidos as suas ações de acordo com a representação que fazem de sua militância e de suas atuações profissionais. Assim, a participação política não está necessariamente associada aos partidos políticos ou a uma ordem política, e que o processo de politização se expressa em diversas atividades e em espaços também distintos.

Em algumas trajetórias de profissionais militantes, fica visível a combinação de práticas políticas (militância religiosa, estudantil, partidária com cargo eletivo e cargos públicos), com uma predominância pela atuação coletiva, reivindicatória, apresentando uma participação em mobilizações diversificadas. O caráter de contestação apresenta uma lógica de descontentamento que começa desde o início da atuação no movimento estudantil, social ou religioso. Indica um “[...] um tipo de atuação mais conjuntural e situacional, pois se constitui na explicação episódica de ‘descontentamento’ como algo definido” (Tarrow, 2003, apud Reis, 2008). A mobilização é importante para afirmar que a causa abraçada é coletiva e está direcionada para seus opositores.

Outros profissionais apresentam uma prática sistemática, posto que ao filiarem-se a um partido político visam além de manter sua adesão, extrair gratificações. A militância que, segundo Gaxie et Offerlé (1985 apud Reis, 2008) e Gaxie, (1977 apud Reis, 2008) é “[...] um tipo de dedicação mais sistemática a uma causa ou organização específica”, é também mais exigente em relação aos “investimentos dos agentes que visam manter sua adesão e dela extrair as gratifi-

cações (materiais e simbólicas) que dão sentido à sua dedicação” (Gaxie et Offerlé, 1985; Gaxie, 1977 apud Reis, 2008). Nesse sentido, a militância, reverte-se profissionalmente; ambas (prática militante e atuação profissional) estão imbricadas, tornando a atuação profissional, a “base para a ocupação de cargos públicos de confiança e sua eventual reconversão em recursos eleitorais” (Coradini, 2007: 199) ou ainda predispondo o militante que ocupa cargos públicos a conceber “suas atividades como uma extensão do trabalho partidário” e se auto intitulado como “um conhecedor da realidade e dos interesses da população”, considerando-se uma autoridade no assunto de interesses da população (Gaglietti, 2003: 122).

Na maioria das trajetórias das assistentes sociais, o que fica mais patente é um engajamento³², uma associação às questões variadas, independente da causa ou de um partido político, articulada principalmente aos espaços sócio-ocupacionais, direcionando a prática profissional para uma inserção comprometida com os usuários os quais estão vinculados por políticas públicas. Podemos então falar de uma disposição ética que é acionada e atualizada nos diversos momentos da trajetória profissional e pessoal de cada indivíduo, como algo necessário à sua prática social.

Esta combinação de engajamento com a profissão, como analisa Oliveira (2008a), para os militantes, faz parte da própria prática profissional; isto é, a participação política é o “prolongamento natural” da formação escolar e profissional. Assim, prática profissional e participação política não são realidades distintas. Neste caso, a prática profissional pode ser considerada uma prática política, num sentido mais amplo de compreensão e transformação da realidade em diferentes esferas sociais.

Para Oliveira (2008a), além dos evidentes interesses por uma profissão, a titulação universitária pode ser direcionada de forma a congrega a atuação profissional com o engajamento e participação

³² Adotamos o conceito de engajamento de Sawicki e Berlivet (1994 apud Reis, 2008) que tratam do engajamento como uma “intervenção independente do lugar e da atividade exercida”; como “uma ‘disposição ética’ que faz da inserção na ‘realidade’ (ou sua transformação) uma dimensão imprescindível da prática social, que é constantemente atualizada nos vários momentos, lugares e etapas de vida dos indivíduos”.

em movimentos sociais, possibilitando uma ‘fusão’ e ‘indistinção’ que ocorre entre profissão e disposição com determinadas causas sociais. Podemos então falar, que a profissão é a realização de um exercício profissional que tem um forte apelo pelas classes subalternizadas. No caso específico do Serviço Social, a ação política não extrapola os limites da profissão, mas, é a própria concretização da profissão, já que o Serviço Social está preocupado com a transformação da realidade e mais especificamente com a constituição dos direitos sociais da população subalternizada. Logo, há uma intencionalidade na ação do profissional de Serviço Social, haja vista que estes procuram resultados e são interventivos no tecido social.

[...] Trata-se de uma situação em que o sentido e o valor da “profissão” implicam sempre um “compromisso” com uma “realidade” que é “totalmente política”, de modo que a formação e o exercício profissional não existe separado da capacidade ou competência de “comprometimento” da formação escolar e técnica com a “realidade” e com a “prática” (Oliveira, 2008a: 9)

Segundo Coradini (apud Reis, 2008), os recursos intelectuais são estruturantes, pois justificam uma série de identificações e adesões que definem sua condição de existência, fundamentando ainda sentidos e tomadas de posições, que podemos identificar como disposições éticas. Isso explica os motivos das adesões a uma determinada causa social ou a diversas causas sociais, que vão além do espaço de atuação e passa a ser vivenciado no âmbito social e familiar.

O que fica posto, neste caso, é que a prática profissional e política permitem ao profissional realizar-se tanto profissionalmente como pessoalmente; portanto, o compromisso com a causa abraçada extrapola o âmbito profissional, configurando a politização como “um trabalho de construção, imposição e disseminação de significações políticas a um conjunto de atividades classificadas como tal e que são variáveis no tempo e no espaço (Lagroye, 2003 apud Reis, 2008).

Observa-se assim, que as diferentes redes às quais as militantes se inserem, concorrem para a composição de determinados tipos de participação política e que os níveis de influência da graduação em

Serviço Social na vida política das assistentes sociais entrevistadas, pode variar conforme os contextos de socialização primária e secundária de cada agente.

Referências Bibliográficas:

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social apresenta o texto ABEPSS: a organização acadêmico-política do Serviço Social brasileiro. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/>>. Acesso em: 25 fev., 2008.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina em questão, In: LINS, Daniel (Org). **A Dominação Masculina Revisitada**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1998 (a), p.11-26.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M.; CATANI, A. (Org). **Escritos da Educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998(b) (Ciências Sociais da Educação), p. 71-79.

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, M. CATANI, A. (Org). **Escritos da Educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998(c) (Ciências Sociais da Educação), p. 81-126.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. Revista Inscrita. Brasília: CFESS, ano VII, n. X. p. 5-10, nov., 2007

BUCI-GLUCKSMANN, Cristine. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 33-148.

CASTELLS, Manuel. O Fim do Patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____ **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.231-356.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Antecedentes: a origem sob controle estatal*. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php >. Acesso em: 01 jan. 2009.

CORADINI, Odaci Luiz. Engajamento associativo-sindical e recru-

tamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n.28. p.181-203, jun., 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista:** as funções da previdência e da assistência social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1997.

GAGLIETTI, Mauro. **PT: Ambivalências de uma militância.** 2. ed. Porto Alegre: Decasa/Palmarinca, 2003.

GALLINO, L. **Dicionário de Sociologia.** São Paulo: Paulus, 2005.

GENTILLI, Raquel de Matos L. **Representações e Práticas:** identidade e processo de trabalho no Serviço Social. 2. ed. rev. São Paulo: Veras, 2006.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dia do Assistente Social.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/assistente_Social/home.html>. Acesso em 28 dez. 2008.

KISNERMAN, Natálio. **Sete Estudos sobre Serviço Social.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

LIMA, Boris Alexis. **Contribuição à Metodologia do Serviço Social.** Trad. Idel Yonne Grossi. 3. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

LOUREIRO, Maria Rita. A Participação dos Economistas no Governo. In: **Análise - A Revista Acadêmica da FACE.** Rio Grande do Sul: PUCRS, v. 17, 2006. p. 345-359.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Heloísa M.J. de. **Cultura Política e Assistência Social:** uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. Elites culturais, militância e participa-

ção na defesa de causas ambientais. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul**: Estudos Recentes. Porto Alegre; Edufrgs, 2008 (a), v. 1, p. 103-128.

OLIVEIRA, Wilson José F. de. **Abertura Política, Militância Múltipla e Proliferação de Protestos Públicos em Defesa de Causas Ambientais**. Cadernos CERU (USP), 2008 (b).

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PETRARCA, F. R. Carreira Militante, Inserção Profissional e Exercício do Jornalismo no Rio Grande do Sul. In: *Política & Sociedade*. Santa Catarina: UFSC, 2008, v. 7, p. 311-329.

PETRARCA, F. R. Conflitos Profissionais e Usos do Título Acadêmico para o Exercício do Jornalismo no Rio Grande do Sul. In: *Teoria & Sociedade*. Minas Gerais: UFMG, 2007. v. 1, p. 94-119.

REIS, Eliana Tavares dos. A “arte” da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que lutaram contra a ditadura. In: Odaci Luiz Coradini. (Org.). **Estudo de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008, p. 43-60.

SEIDL, Ernesto. A Espada como “Vocação” – as “grandes famílias” e o exército no Rio Grande do Sul (1850 – 1930). In: *Teoria e Sociedade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p.105-139.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. *Pró-Posições* (UNICAMP. Impresso), v. 20, p. 21-40, 2009.

SILVA, Ademir A. da. Política Social e política econômica. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XVIII, n. 55. p.189-191, 1997.

SILVA, Maria Ozanira da S e. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes Sociais e Religião**: um estudo Brasil/Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. Prefácio. In: TORRES, Iraildes Caldas. **As Primeiras-damas e a Assistência Social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Primeiras-damas e a Assistência Social:** relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002. p. 9-14.

Recebido em 10 de agosto de 2009.

Aceito em 25 de outubro de 2009.